

# Servidores protestam e votação de reajuste é adiada

## MARTINELLI ALFINETA DORIA NOVAMENTE

Após receber elogios pela postura crítica durante o evento de sábado (5), que recebeu o pré-candidato a governador João Doria Jr (PSDB) em Jundiá, o presidente da Câmara e pré-candidato a deputado estadual, Gustavo Martinelli (PSDB), votou a cutucar seu partido na sessão de ontem. Ele foi parabenizado por apresentar as reivindicações da cidade e disparou: "Não adianta vir fazer festa e pedir voto, tem que se comprometer com as necessidades locais"

## PREFEITO FICARÁ SEM AUMENTO DE SALÁRIO

Apesar da polêmica causada pelo anúncio do reajuste de 6% aos servidores públicos de Jundiá, que ainda tem de ser aprovado pela Câmara, o prefeito da cidade, Luiz Fernando Machado (PSDB) decidiu congelar seu salário e ficar sem reajuste. Os gestores, entretanto, terão o mesmo reajuste do funcionalismo.

## AMBULANTE PROPÕE PROJETO DE LEI

O ambulante Leonardo Victor Da Silva propôs, durante a Tribuna Livre, a criação de um projeto de lei para formalizar os ambulantes da cidade, que em sua maioria trabalha de forma irregular: "Muitos têm suas mercadorias lícitas apreendidas pela prefeitura, que não nos informa o destino dos produtos. Minha intenção é incentivar os vereadores a criar um projeto de lei para regulamentar, pois nós precisamos trabalhar", concluiu.

## VEREADORES TIRAM DÚVIDAS SOBRE LDO

O gestor de Governo e Finanças, José Antonio Parimoschi, se reuniu com os vereadores de Jundiá na última sexta-feira (4) para tirar dúvidas sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) do exercício de 2019, que será tema de uma audiência pública hoje de manhã, às 9h, na Câmara Municipal. A LDO traz as metas e prioridades da administração para orientar a elaboração do orçamento de 2019 dentro das metas do Plano Plurianual.

BARBARA NÓBREGA MANGIERI  
bmangieri@jj.com.br

Centenas de servidores públicos bloquearam a entrada dos vereadores na Câmara de Jundiá, antes do início da sessão ordinária de ontem, para pedir que os mesmos não aprovassem o reajuste salarial proposto pela prefeitura, de 6%, após três reuniões de negociação entre o sindicato e a administração. O projeto de lei com a proposta final foi enviado à Casa durante a tarde e seria votado em sessão extraordinária. Convencidos, porém, os edis decidiram adiar a votação.

Segundo os funcionários públicos presentes no local, a proposta final da prefeitura não foi discutida com os servidores. Durante sua fala na Tribuna Livre, o vice-presidente do Sindicato dos Servidores Públicos de Jundiá (Sindserjun), André Aparecido Cazella, afirmou que a proposta é injusta pois os funcionários não têm acerto desde 2016.

"Foi proposto em audiência pública que colaborássemos com a dificuldade financeira do município e nos foi prometido algo diferente do que vimos hoje", afirmou. André disse que os servidores reivindicam R\$ 100 a mais no vale-refeição e 10% de



Servidores não aceitam reajuste de 6% e pedem a vereadores que adiem votação para renegociar com prefeitura

aumento, que incluem a compensação da inflação dos dois últimos anos mais uma recompensa financeira devido à falta de reajustes anteriores.

"Pergunto a vocês: quem cui-

da dos doentes no hospital? Quem ensina as crianças na escola? Quem cuida da segurança pública?", questionou André ao plenário lotado. "Os servidores", respondeu o público a cada

uma das perguntas. O sindicalista concluiu pedindo aos vereadores que adiassem a votação do projeto de lei (PL) apresentado pelo Executivo para que os servidores tivessem tempo de

realizar mais uma rodada de negociação. "Peço que reconheçam nosso trabalho", encerrou.

O presidente da Câmara, Gustavo Martinelli (PSDB), recebeu 15 representantes dos servidores e do sindicato no plenarinho da Casa, em reunião fechada, para discutir o assunto. Após 15 minutos de suspensão, Martinelli anunciou que o projeto irá tramitar na casa como qualquer outro, dando aos servidores mais tempo. "O projeto ia ser votado em sessão extraordinária, mas isso não vai acontecer devido ao pedido dos servidores", afirmou.

## MAIS ADIAMENTOS

O PL 12.157, do vereador Cícero da Saúde (PROS), foi novamente adiado para a sessão de 11 de julho. A proposta prevê que medicamentos de alto custo sejam entregues a idosos, portadores de deficiência e com mobilidade reduzida, mas recebeu parecer contrário da Comissão de Justiça e Redação (CJR) por intervir em função exclusiva do Executivo.

O PL 12.275, de Márcio Cabeleiro (MDB), que autoriza a criação de área de lazer e encontro para jovens, também teve parecer contrário da CJR pelo mesmo motivo e foi adiada para a última sessão de agosto.